



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

4760

Presidente da Mesa Diretora: Tarcísio Iran Rêgo

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Normas, obrigações, proibições e regulamentos

Autoria: Antônio Soares Silva

Data: 06/04/2000

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 24/2000. Dispõe sobre normas disciplinadoras do serviço de veículos de aluguel no município de Montes Claros e contém outras providências. (Referente à Lei nº 2.840, de 01/06/2000).

Controle Interno – Caixa: 17

Posição: 41

Número de folhas: 08

Espécie: PK
Categoria: Normas
Lx: 17
Ordem: 41
nº fls: 04



24/2000

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2000

AUTOR:

VEREADOR ANTÔNIO SOARES SILVA

ASSUNTO:

⁵DIPOE SOBRE NORMAS DISCIPLINADORAS DO SERVIÇO DE
VEÍCULOS DE ALUGUEL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Caixa

MOVIMENTO

- 1 - ENTRADA EM 06/04/2000
- 2 - À COM. LEG : JUSTIÇA
- 3 - VISTAS POR 3 FIAS. EM 25.04.2000
- 4 - JOÃO HAMILTON
- 5 - APROVADO EM 1ª SALVO EMENDA
- 6 - EM 02.05.2000
- 7 - APROVADO EM 2ª SALVO EMENDAS EM
- 8 - 09.05.2000
- 9 - APROVADO EM 3ª 16-05-2000
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

- AS COMISSÕES

PROJETO DE LEI

DISPÕE SOBRE NORMAS DISCIPLINADORAS DO SERVIÇO DE VEÍCULOS DE ALUGUEL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros, através de seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - Considera-se de aluguel os veículos automotores dirigido por profissionais autônomos, mediante permissão e em locais previamente determinados.

Parágrafo Único - A permissão para a exploração da atividade para prestação de serviço com veículos de alugueis, será concedida pelo poder público municipal.

Art. 2º - Compete a secretaria de serviços urbanos, juntamente com a divisão de trânsito deste município, propor ao chefe do executivo as normas regulamentadoras da atividade de que trata esta lei, estabelecendo dentre outros critérios e para seu funcionamento, bem assim definindo os locais para seu exercício, ouvindo previamente a Associação de Motoristas de Transporte de Aluguel do Ponto da Avenida Padre Chico, Centro de Montes Claros (AMOTRAN), cuja a entidade será igualmente consultada com antecedência.

Art. 3º - Constitui condição dentre outras que vierem a ser estabelecidas em lei, para o exercício da atividade de proprietário de veículos de alugueis, que o interessado seja filiado à associação representativa da categoria AMOTRAN de Montes Claros/MG.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Art. 4º - O poder executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente lei, contendo as normas regulamentadoras e disciplinadoras da prestação de serviço em veículos de alugueis.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

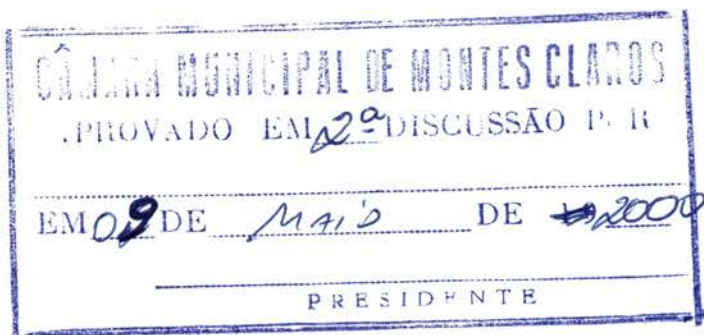
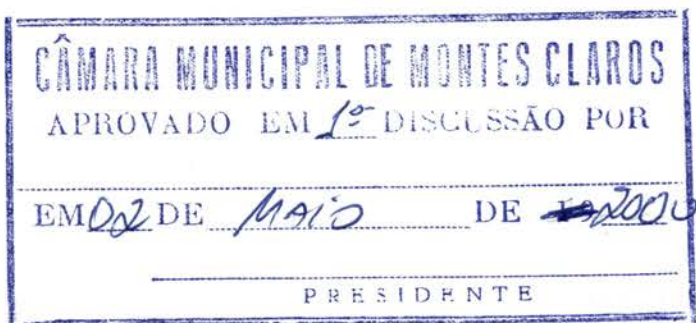
Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 05 de Abril de 2.000


TONINHO GUERREIRO
Antonio Soares Silva
Vereador
SECRETÁRIO
PFL



É legal e constitucional.
Elevando-se
Helo, primeiro





Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

Ass. Municipal

**EMENDA AO PROJETO DE LEI, DISPÕE
SOBRE NORMAS DISCIPLINADORAS DO SERVIÇO DE
VEÍCULOS DE ALUGUEL E CONTÉM OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

EMENDA 01: O Parágrafo Único do art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - A permissão para a exploração da atividade para prestação de serviço com veículos de alugueis, será concedida pelo poder público municipal, ficando vedado o transporte de passageiros".

Sala das Sessões, 02 de Maio de 2.000.

TONINHO GUERREIRO
Vereador
PFL.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
e JUSTIÇA
EM DE DE 19
A. Silva
PRESIDENTE

É legal e constitucional
por
Darcido Maciel
Caravante



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A2
15.04.2000

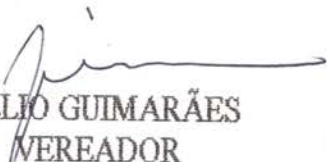
EMENDA AO PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE NORMAS DISCIPLINADORAS DO SERVIÇO DE VEÍCULOS DE ALUGUEL E CONTÉM OUTRAS PROVIÊNCIAS.

EMENDA ÚNICA = DAR - SE NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º.

O ARTIGO 2º PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO.

ARTIGO 2º = COMPETE A SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS, JUNTAMENTE COM A DIVISÃO DE TRÂNSITO DESTA MUNICÍPIO, PROPOR AO CHEFE DO ^{transporte} ~~PODER~~ EXECUTIVO AS NORMAS REGULAMENTADORAS DA ATIVIDADE DE QUE TRATA ESTA LEI, ESTABELECENDO, DENTRE OUTROS CRITÉRIOS E PARA SEU FUNCIONAMENTO, BEM ASSIM DEFININDO, OS LOCAIS PARA SEU EXERCÍCIO.

SALA DAS SESSÕES, 13 DE ABRIL DE 2000.


HELIO GUIMARÃES
VEREADOR
PFL



É legal e constitucional.

Excmo. Sr. L.

por nome

Danilo Macedo